



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

# SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Abril de 2023

## A indústria brasileira no 1º trimestre de 2023

retração de -0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado indica uma desaceleração do declínio, se comparado com a queda de -3,4% registrada em 2022 e o aumento de 4,4% em 2021 (Gráfico nº 1). Analisando a categoria de uso final, observa-se uma queda de -6,3% em bens de capital e -1,8% em bens intermediários durante os três primeiros meses deste ano. Esses setores desempenham um papel crucial, uma vez que a capacidade de produção da economia (efeito estrutural) depende do primeiro, enquanto o ritmo da indústria é impulsionado pela demanda por insumos (efeito conjuntural), representado pelo segundo. Por outro lado, o setor de bens de consumo registrou um crescimento de 4%.

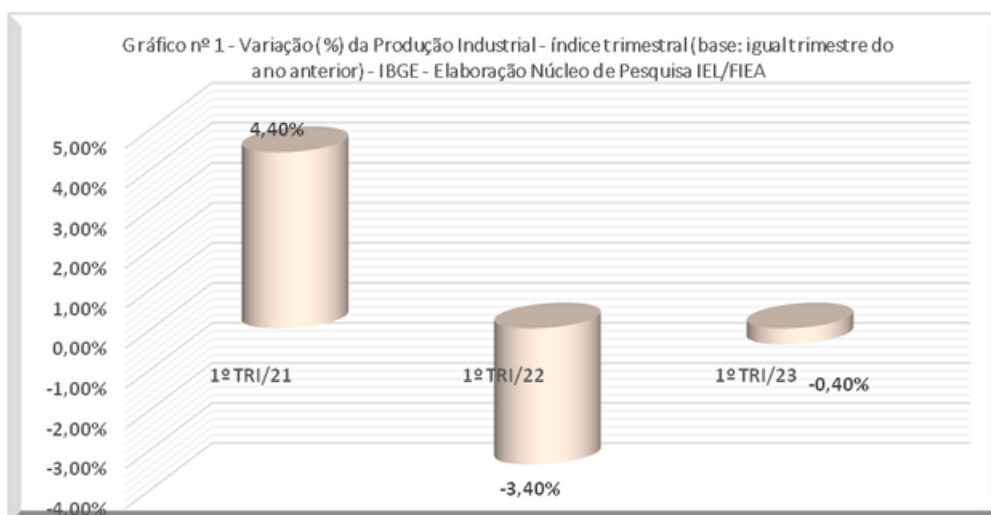
Em termos gerais, os resultados do primeiro trimestre de 2021 foram influenciados pela base deprimida em 2020, devido aos efeitos da pandemia da Covid-19. No início de 2022, a aceleração da inflação reduziu o poder de compra das famílias, resultando em uma forte retração no consumo de bens. No entanto, a ampliação e o aumento do valor do Bolsa Família, juntamente com a queda do IPCA no primeiro trimestre de 2023, contribuíram para a retomada da produção de bens de consumo. No entanto, a política de juros altos tem inibido a recuperação da produção industrial por meio dos mesmos canais mencionados anteriormente.

O primeiro canal é o impacto do custo do dinheiro nas famílias, afetando sua demanda, principalmente por bens duráveis de consumo. Taxas de financiamento próximas a 37% resultaram em altas taxas de endividamento das famílias brasileiras em relação à renda acumulada nos últimos doze meses, com uma média de 49%. Como resultado dessa combinação de juros altos e endividamento, a inadimplência total das famílias aumentou de 3,4% em março de 2022 para 4,1% no mesmo período de 2023.

O segundo canal é o efeito do custo do crédito nas decisões de produção e investimento das empresas. A taxa média para empresas atingiu 21,46% ao ano em março deste ano, em comparação com 19% do ano anterior. A taxa real de juros (descontando-se a inflação esperada para os próximos doze meses), usada como referência para o custo do financiamento em prazos mais longos para as empresas, aumentou de 6,64% para 7,26% no mesmo período.

O terceiro canal é o impacto na poupança financeira das famílias e das empresas. Com taxas reais tão elevadas pagas por ativos financeiros de baixíssimo risco e alta liquidez, como os títulos públicos, uma parte significativa dos recursos destinados ao consumo e investimento, com efeitos positivos no emprego e na renda, é direcionada para a esfera da especulação financeira.

Os efeitos dos juros altos nas expectativas de investimento dos empresários são extremamente negativos. De acordo com a Sondagem Industrial da CNI, "em maio, o índice de intenção de investimento registrou queda. O índice tem apresentado movimentos moderados de alta e baixa desde janeiro de 2023. Essa dinâmica, juntamente com a piora nas expectativas, sugere uma relativa estabilidade na intenção de investir e uma espera nas decisões de investimento por parte dos empresários da indústria". Cautelosos, os empresários continuam esperando uma abordagem mais sensata por parte do Banco Central do Brasil.





## Mercado sinaliza início do ciclo de baixa da Selic

No atual cenário econômico brasileiro, é possível observar uma expressiva redução na taxa de inflação, conforme apontado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no acumulado de doze meses, registrando uma queda significativa em abril. No entanto, essa tendência contrasta com a política adotada pelo Banco Central do Brasil (BCB), que insiste em manter os juros em um patamar elevado.

A desaceleração da taxa de inflação, evidenciada pela redução do IPCA, é um ponto relevante a ser considerado. Em abril, o IPCA apresentou uma redução de 4,2% em relação aos 4,6% registrados em março. Essa tendência também é observada em outras estimativas, como a inflação implícita, que teve uma queda nas projeções da ANBIMA para os próximos 252 dias, passando de 5,3% para 4,2%. Além disso, a mediana das expectativas do mercado financeiro para a inflação esperada nos próximos doze meses, segundo a pesquisa FOCUS/BCB, caiu de 5,25% para 4,8%. Esses dados evidenciam uma contínua diminuição da resiliência da inflação, levando o mercado a estimar uma taxa de 12,5% no final do ano, apesar de não haver nenhuma sinalização de redução de juros pelo BCB.

A última Ata do Comitê de Política Monetária (COPOM, 9/05/23) deixou claro que a justificativa do BCB para a manutenção dos juros é de natureza fiscal. O documento apresenta diferentes cenários fiscais que podem impactar o processo desinflacionário. São eles: um cenário de ajuste fiscal mais robusto, com medidas de contenção de gastos e aumento de receitas, que poderia contribuir para a redução da pressão inflacionária; um cenário de ajuste fiscal gradual, com medidas menos intensas, que poderia resultar em uma desaceleração mais lenta da inflação; e um cenário de falta de comprometimento com o ajuste fiscal, o qual poderia aumentar as incertezas e gerar pressões inflacionárias persistentes. Em síntese, a principal conclusão da Ata é que o cenário fiscal desempenha um papel crucial no processo desinflacionário, podendo afetar significativamente a pressão inflacionária. Por essa razão, o BCB tem mantido a taxa Selic em um patamar elevado de 13,75% ao ano, persistindo em uma estratégia que revela um erro na dosagem da política monetária e um diagnóstico equivocado, uma vez que são os monitorados que, em grande medida, têm puxado a inflação para baixo.

Tal política de juros altos é considerada uma armadilha monetária, na qual o crescimento econômico e a geração de emprego são restringidos pelo impacto negativo dos juros elevados sobre a dívida pública e a própria economia, aprisionando esta última em uma trajetória de redução do potencial de crescimento e arruinando o estoque de capital físico e humano. Em síntese, o Brasil continua se destacando na primeira posição do ranking mundial, apresentando uma taxa de juros real de 6,82% ao ano, enquanto nos Estados Unidos e na China as taxas são de 0,08% e 0,22% ao ano, respectivamente. Essa discrepância reflete a situação peculiar do país, na qual a política monetária adotada tem o potencial de limitar o crescimento econômico. As expectativas de crescimento para o setor produtivo brasileiro em 2023 são modestas, com projeções de 1,2% ao ano para o Produto Interno Bruto (PIB) e 0,3% ao ano para a indústria.

## A produção industrial brasileira em março de 2023

A indústria brasileira em março de 2023 registrou aumento de 1,1% na produção, no levantamento com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês em 2022 a produção industrial cresceu 0,9%, revertendo parcialmente a retração de -2,4% observada em fevereiro (na mesma métrica). De acordo com levantamento realizado pelo IEDI[1], “Ainda que em mar/23 a produção industrial tenha progredido, rompendo a série de resultados que colocou o setor em um quadro de virtual estagnação, o movimento não foi forte o suficiente para salvar o primeiro trimestre de ano. Para além dos espasmos que eventualmente ocorrem, ainda não há sinal de uma nova fase de expansão para a indústria.”

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	1,1	0,9	-0,4	0,0
Bens de capital	6,3	-0,5	-6,3	-2,1
Bens Intermediários	0,9	-1,1	-1,8	-1,0
Bens de consumo	-1,2	5,7	4,0	2,5
Bens de consumo duráveis	2,5	11,1	8,9	3,7
Semiduráveis e não duráveis	-0,5	4,7	3,2	2,2
Extrativa Mineral	-0,1	3,3	3,4	-2,1
Transformação	1,4	0,5	-1,0	0,3



## INDICADORES DE DESEMPENHO

**PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE  
ALAGOAS – FIEA**

### **Presidente:**

José Carlos Lyra de Andrade

### **1º Vice-presidente**

José da Silva Nogueira Filho

## UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

### **Coordenador**

Helvio Braga VilasBoas

### **Elaboração**

**Núcleo de Pesquisas do IEL/AL**

### **COORDENADORA**

Eliana Sá

### **Informações Técnicas**

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

### **Consultora GI**

Morgana Maria Machado Moura

### **Estagiários**

Alexandre Freire de Albuquerque Alves

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira



Contato  
(82) 2121-3085  
(Eliana Sá)